

GT71: Retomadas e autodemarcações de terras indígenas: processos de luta, memória e ritual

Jurema Machado, Daniela Alarcon

Na acepção guarani kaiowá, jeike jey significa entrar, ocupar, enfrentar, afrontar; trata-se da designação utilizada por esse povo para classificar seus processos de recuperação territorial (Benites, 2014). Assim como os Guarani Kaiowá, indígenas de todo o país têm levado a cabo intrincadas estratégias de luta pela terra. A proposta deste GT é reunir trabalhos que discutam retomadas de terras e autodemarcações como ações de enfrentamento ao esbulho. A partir de nossas pesquisas e de trabalhos de outros antropólogos, observamos como esses processos se revestem de complexidades que ultrapassam análises instrumentais, que veem na ocupação do território o fim último. As mobilizações para recuperação territorial engendram o retorno de pessoas e encantados, articulações entre famílias extensas, complexos rituais, reavivamento de memórias e novos arranjos na organização social. A maneira como os povos têm refletido sobre seus processos históricos e cosmológicos também está pautada na luta pela terra. Assim, delinea-se um novo desafio para a antropologia: como pensar a conceituação desses processos sem deixar de considerar as particularidades de cada contexto? Acreditamos que a boa descrição etnográfica é o caminho mais potente para a não homogeneização e, por isso, priorizaremos trabalhos pautados em etnografia.

Protagonismo feminino às margens do rio São Francisco: Narrativas, saberes e resistência

Autoria: Ana Carolina de Assis Marinho da Silva

Entre as mulheres indígenas situadas no Nordeste, dinâmicas de intersecção as colocam em uma encruzilhada complexa interseccionando etnia/raça, gênero, classe e regionalidade. No contexto antropológico, "o lugar destinado às mulheres nas produções etnográficas" era de "sub-representação, silenciamento e invisibilidade" (BONETTI, 2009, p.107). É somente a partir da década de 1970, que novas formas de estudo ampliam as tentativas de levar o "gênero a sério" (MCCALLUM, 1999, p.157). As demandas das mulheres atravessam os limites da luta pela terra e colocam em pauta as especificidades, expondo questões como autonomia, articulação, participação, organização, violência, corpo, reprodução, parentesco, matrimônio e poder. Apesar de renomadas e qualificadas pesquisas existentes sobre o povo Xokó, que vivem na Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, localizada no Município de Porto da Folha, no Semiárido sergipano, não foi verificada, até o momento, uma pesquisa etnográfica que incluísse o protagonismo feminino Xokó, desde as narrativas dos processos de retomada até as articulações políticas atuais agenciadas por elas dentro e fora do território indígena. Atualmente, elas são representadas pela Associação Indígena das Mulheres Xokó da Comunidade Ilha de São Pedro (AMIX) e uma das representantes da Associação e Comunicadora da APOINME, Karine Xokó, mencionou a dificuldade em reunir as mulheres para falar sobre as pautas políticas devido às demandas da rotina que destina a atenção das indígenas para o lar, a família e os estudos. Essa conversa despertou os questionamentos que alicerçam a pesquisa: Quais são as narrativas históricas, políticas e sociais das mulheres Xokó, desde o processo de retomada; como essas narrativas as constituem enquanto mulheres Xokó e a relação com os feminismos; e como se dá, então, a agência feminina Xokó, atualmente, na articulação sociopolítica dentro e fora do território? Através de uma etnografia, a pesquisa, ainda em fase embrionária, pretende identificar memórias de luta feminina Xokó, a partir da retomada das terras; compreender como se auto identificam enquanto mulheres Xokó e as relações com os feminismos; analisar como se dão as redes de apoio das mulheres Xokó dentro e fora do território e examinar a organização e articulação política das mulheres Xokó com os movimentos sociais indígenas. Em um relato

da pesquisadora Creuza Prumkwyj Krahô, habitante na Aldeia Nova, no Tocantins, ela afirma que a maioria dos antropólogos que pesquisam só falam com os homens. Não conversam com as mulheres. "Ao pesquisar, vi que a maioria das coisas não é do jeito que estão registradas, porque são as mulheres que fazem e os homens que contam." (KRAHÔ, 2017, p.112). Por isso se torna necessário também ouvir a outra metade do povo Xokó.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

